

VAMOS AVALIAR?

Proposta de Avaliação
Institucional Participativa e
Emancipatória da Política
Institucional para os Cursos de
Ensino Médio Integrado do IFRS



**INSTITUTO
FEDERAL**
Rio Grande
do Sul



PROFEPT
MESTRADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul



FABIANA DE OLIVEIRA KELLER
CLARICE MONTEIRO ESCOTT

Imagens cedidas pela Comunicação do IFRS (*Campi* Alvorada, Ibirubá, Veranópolis e Reitoria) e pelo Núcleo de Memória do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – NuMem/IFRS

Edição das imagens: Fabiana de Oliveira Keller

Revisão ortográfica e gramatical: Lisiane Delai

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

K29v Keller, Fabiana de Oliveira
Vamos avaliar? proposta de avaliação institucional participativa e emancipatória da política institucional para os cursos de ensino médio integrado do IFRS [recurso eletrônico] / Fabiana de Oliveira Keller, Clarice Monteiro Escott. -- 1.ed. -- Porto Alegre, RS : IFRS, 2022.
1 arquivo em PDF (46 p. : il; color)

ISBN 978-65-5950-101-4

Produto educacional elaborado a partir da dissertação intitulada: “Política institucional para os cursos de ensino médio integrado do IFRS: uma proposta de avaliação institucional participativa e emancipatória”. (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). - IFRS, Campus Porto Alegre, RS, 2022.

1. Ensino profissional. 2. Ensino técnico. 3. Avaliação institucional. 4. Institutos federais de educação, ciência e tecnologia. I. Escott, Clarice Monteiro. II. Título.

CDU(online): 377

Catalogação na publicação: Aline Terra Silveira CRB10/1933

Autora

Fabiana de Oliveira Keller

fabiana.keller@ifrs.edu.br

Coautora

Clarice Monteiro Escott

clarice.escott@poa.ifrs.edu.br

Projeto Gráfico e Diagramação

Fabiana de Oliveira Keller

Revisão Ortográfica e Gramatical

Lisiane Delai

Produto educacional elaborado como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Programa de Pós-graduação – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica.

Linha de Pesquisa: Organização e Memórias e Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica

Porto Alegre

2022



**INSTITUTO
FEDERAL**

Rio Grande
do Sul



PROFEPT

MESTRADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Figura 1: Expansão da Rede Federal | 11 |
| Figura 2: Estudantes do IFRS em atividades do Ensino Médio Integrado..... | 15 |
| Figura 3: Ensino Médio Integrado | 17 |
| Figura 4: Vamos Conhecer? | 24 |
| Figura 5: Avaliação Institucional Participativa da PIEMI-IFRS | 27 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIP: Avaliação Institucional Participativa

AIPE: Avaliação Institucional Participativa e Emancipatória

AE: Avaliação Emancipatória

CPA: Comissão Própria de Avaliação

EaD: Educação a Distância

EMI: Ensino Médio Integrado

EPT: Educação Profissional e Tecnológica

IFRS: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC: Ministério da Educação

PAIFRS: Programa de Avaliação Institucional do IFRS

PDI: Plano de Desenvolvimento Institucional

PIEMI-IFRS: Política Institucional para os Cursos de Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

ProfEPT: Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

SETEC: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SINAES: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

TAEs: Técnicos Administrativos em Educação

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| APRESENTAÇÃO | 6 |
| BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL..... | 8 |
| INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA..... | 11 |
| INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL – IFRS..... | 14 |
| ENSINO MÉDIO INTEGRADO – EMI..... | 17 |
| AVALIAÇÃO | 19 |
| AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA | 20 |
| AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARTICIPATIVA | 21 |
| AVALIAÇÃO EMANCIPATÓRIA | 23 |
| VAMOS CONHECER? | 24 |
| A Política Institucional para os Cursos de Ensino Médio Integrado do IFRS | 24 |
| O instrumento de Avaliação da Política Institucional para os Cursos de Ensino Médio Integrado do IFRS..... | 25 |
| PROPOSTA DE AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA INSTITUCIONAL PARA OS CURSOS DE ENSINO MÉDIO INTEGRADO | 27 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 33 |
| REFERÊNCIAS | 34 |

APRESENTAÇÃO

Este Guia faz parte da pesquisa intitulada Política Institucional para os Cursos de Ensino Médio Integrado do IFRS: uma proposta de Avaliação Participativa e Emancipatória, realizada no âmbito do IFRS.

Busca ampliar o debate para o fortalecimento da oferta de cursos de Ensino Médio Integrado alinhados à Política Institucional para os Cursos de Ensino Médio Integrado do IFRS (PIEMI-IFRS).

O Guia foi organizado de forma a iniciar com um breve histórico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. Depois, apresentamos os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que ofertam os cursos de Ensino Médio Integrado.

Em seguida, o foco se volta ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Rio Grande do Sul (IFRS). Uma breve descrição do seu histórico através das fases de implantação, apresentando brevemente alguns dos seus números.

O Ensino Médio Integrado é apresentado após, o demarcando como a modalidade de oferta que se propõe a ofertar uma educação humana integral, gratuita e de qualidade no âmbito dos Institutos Federais, neste caso, em especial, no IFRS.

Nos capítulos seguintes, o embasamento teórico toma lugar na perspectiva da Avaliação, trazendo na sequência as temáticas da Avaliação Institucional na Educação Básica, a Avaliação Institucional Participativa e a Avaliação Emancipatória. Esses capítulos são de suma importância para a compreensão da proposta de avaliação da Política que está disposta mais adiante.

Como esta pesquisa tem, além deste Guia, um Vídeo intitulado “Vamos Conhecer? A Política Institucional para os Cursos de Ensino Médio Integrado do IFRS”, este é apresentado neste Guia, uma vez que é parte integrante e etapa muito importante na consolidação do conhecimento acerca do conteúdo textual da PIEMI-IFRS.

A proposta de Avaliação Participativa da PIEMI-IFRS está embasada no próprio texto da Política, nos dados advindos da entrevista que compõem esta pesquisa e também no Instrumento de Avaliação do Ensino Médio Integrado (SILVEIRA; ESCOTT, 2020b), que é apresentado neste Guia.

Como resultado de todo esse percurso, a Proposta de Avaliação Participativa da Política Institucional para os Cursos de Ensino Médio Integrado compõe esse Guia que visa orientar e embasar o processo de discussão e debates em torno do fortalecimento da oferta dos cursos de Ensino Médio Integrado do IFRS.



Boa leitura!

BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL

O marco histórico da Criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil remonta ao ano de 1909. O presidente Nilo Peçanha, assina o Decreto Nº 7.566 em 23 de setembro, criando, inicialmente, 19 “Escolas de Aprendizes Artífices” subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Essas escolas eram destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito.

A Educação Profissional no Brasil já inicia marcada pela divisão de classes, uma vez que as Escolas de Aprendizes e Artífices ministravam um ensino prático, baseado em conhecimentos técnicos, com a finalidade de ensinar um ofício que fosse adequado aos interesses das indústrias locais. Em 1910, foi organizado o ensino agrícola para capacitar *chefes de cultura, administradores e capatazes*. Com isso, observa-se claramente o caráter elitista e de reprodução da estrutura social estratificada das Escolas de Aprendizes e Artífices. (MOURA, 2010).

Essa diferenciação da educação da classe trabalhadora e da classe dirigente, segue existindo durante toda a história da Educação Profissional no Brasil. Principalmente na primeira metade do século XX, a educação foi fortemente marcada pela dualidade de um sistema que se voltava para as elites, e outro, para as classes populares. Como pode ser observado na não equivalência entre os cursos secundários e os técnicos associada aos currículos baseados no ensino das Artes e Humanidades nos cursos ministrados às classes dominantes. Com a industrialização crescente, a partir da segunda metade do século XX, a dualidade se manteve e acentuou a função de preparar as pessoas para o ingresso no mercado de trabalho, predominando, assim, a sua função profissionalizante, sempre em tensão com a função propedêutica. (RAMOS, 2014).

Nosso foco aqui deve ser a Educação Profissional e Tecnológica que resultou na criação dos Institutos Federais, por isso, avançaremos na linha do tempo até o ano de 1996.

A Lei 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, também conhecida como LDB, contém um capítulo próprio que dispõe sobre a Educação

Profissional. Quando da elaboração e aprovação da LDB, Lei nº 9.394/96, o projeto passou por um percurso tortuoso, que desfigurou e desvirtuou seu texto inicial, sendo retalhado e modificado pelas diversas forças antagônicas que sempre permeiam os espaços políticos.



O pensamento dos educadores e sua proposta de LDB não eram compatíveis com a ideologia e com as políticas de ajuste e, por isso, foram duramente combatidos e rejeitados. O substitutivo do projeto original foi então se transformando em uma peça legal adequada aos interesses do governo, para impor sua política de ajuste pontual e tópico no campo educacional. (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2004, p. 17).

Se na década de 1990, a temática que estava alinhada ao governo de Fernando Henrique Cardoso era pautada pelo ápice das políticas neoliberais, o início dos anos 2000, marcado pelo primeiro governo Lula, caracterizou-se pela disputa em torno dos rumos da Educação, por meio da reformulação de políticas e da legislação. (FIGUEIREDO, 2019). Havia ainda, para este governo progressista, uma grande dificuldade em mudar os rumos até então traçados pelos governos anteriores, desde a República. No bojo dessas forças, determinados grupos sempre tiveram como horizonte um processo efetivamente revolucionário e, portanto, de superação do capitalismo e de construção de uma sociedade socialista. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2010).

A equipe que foi destinada a compor o Ministério da Educação, logo no início do primeiro governo do Presidente Lula, buscou discutir uma proposta de educação politécnica, compreendendo-a como unitária e universal, destinada à superação da dualidade entre a cultura técnica e a cultura geral. (RAMOS, 2014). Esse processo resultou em uma significativa mobilização nos setores educacionais vinculados ao campo da educação profissional. Houve, nesse sentido, uma efervescência nos debates relativos à relação entre Ensino Médio e a educação profissional nos primeiros 18 meses de governo. (MOURA, 2010).

Para que o novo paradigma da Educação Profissional pudesse ser instaurado, seria necessário que se encaminhasse uma proposta de alteração das Diretrizes Curriculares Nacionais que fosse coerente com a nova concepção que se queria

implementar. Além disso, o Ministério da Educação deveria fomentar a implantação do Ensino Médio Integrado nas redes federal e estadual. Entre discussões e debates com o Conselho Nacional de Educação, manteve-se a validade das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e para a Educação Profissional. Após a edição do novo decreto (5.154/2004), deu-se continuidade à política curricular do governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso, marcada pela ênfase no individualismo e na formação de mão de obra para o mercado de trabalho. (RAMOS, 2014).

É importante ressaltar que algumas mudanças ocorreram, a partir do Decreto nº 5.224/2004, na organização dos CEFETs. Estes se tornaram instituições especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, com atuação prioritária na área tecnológica. (BRASIL, 2004a).

A estrutura dos CEFETs e Escolas Técnicas Federais foi o embrião para a posterior criação dos Institutos Federais. O novo modelo que estava sendo proposto era diferente de tudo o que já havia sido criado no Brasil. A adesão foi voluntária e convocada por meio do Decreto Nº 6.095/2007, que buscava estimular o processo de reorganização das instituições de educação profissional e tecnológica, a fim de que atuassem de forma integrada regionalmente. (BRASIL, 2007).



Quer saber mais sobre o Histórico da Educação Profissional no Brasil?



[NÚCLEO DE MEMÓRIA DO IFRS](#)

[LINHA DO TEMPO – REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA](#)

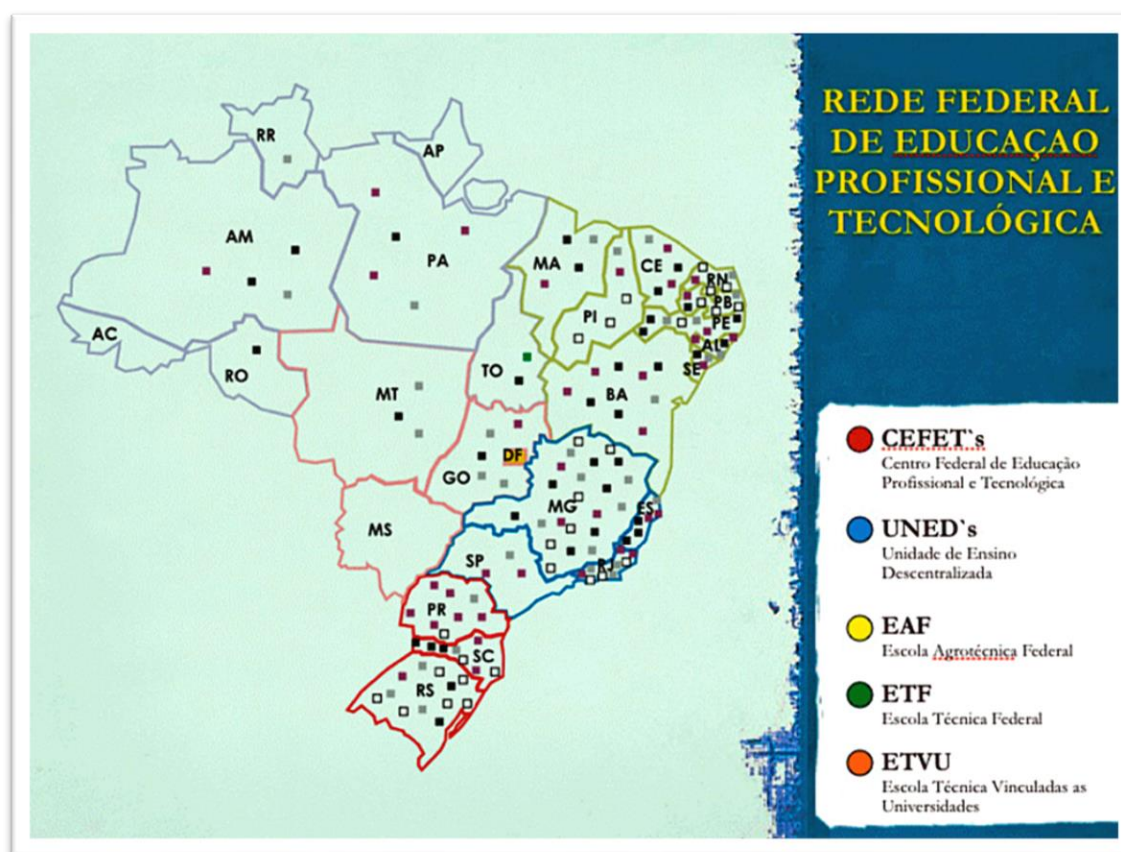


Fonte: (NUMEM/IFRS, 2022a); (SETEC/MEC, 2009).

INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (BRASIL, 2008). Os Institutos Federais são produto da transformação de 31 centros federais de educação tecnológica (CEFET), 75 unidades descentralizadas de ensino (UNED), 39 escolas agrotécnicas, sete escolas técnicas federais e oito escolas vinculadas a universidades. O resultado dessas transformações foi a criação de 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. (COSTA, 2016).

Figura 1: Expansão da Rede Federal



Fonte: (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018).



Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são a síntese daquilo que de melhor a Rede Federal construiu ao longo de sua história e das políticas de educação profissional e tecnológica do governo federal. São caracterizados pela ousadia e inovação necessárias a uma política e a um conceito que pretendem antecipar aqui e agora as bases de uma escola contemporânea do futuro e comprometida com uma sociedade radicalmente democrática e socialmente justa. (PACHECO, 2015, p. 12).

Para compreender todo o significado desse novo cenário, é importante lembrar que as instituições federais, em períodos distintos de sua existência, atenderam a diferentes orientações de governos, que possuíam em comum uma concepção de formação educativa centrada nas demandas do mercado, com a hegemonia daquelas guiadas pelo desenvolvimento industrial, orientada pelo capital. (PACHECO, 2015).

Os Institutos Federais nascem de uma visão progressista da sociedade, pautada no intuito de levar a todos uma educação gratuita e de qualidade. Essa construção, obviamente, teve e ainda tem os seus desafios.

Inicialmente, a grande dificuldade encontrada foi buscar a integração da nova estrutura *multicampi*, a busca por uma unidade e por uma integração. Até então, as unidades eram escolas totalmente independentes e, com a criação dos Institutos Federais, passam a ser coordenados por uma reitoria e precisam articular a sua prática de forma integrada. Esse desafio, aos poucos, está sendo superado, surgindo novos que demandam esforços cada vez maiores para os gestores das instituições federais.



Quer saber mais sobre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia?

[A ORIGEM DE UMA NOVA INSTITUCIONALIDADE EM EPT: NARRATIVAS E MEMÓRIAS SOBRE OS INSTITUTOS FEDERAIS](#)



[INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA: CONTEXTO DE INFLUÊNCIA, PRODUÇÃO DE TEXTO E TENSÕES, NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA, RELATIVA AO PROCESSO DE CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS](#)

[UM NOVO MODELO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - CONCEPÇÃO E DIRETRIZES](#)



Fonte: (SCHIEDECK, 2019); (FIGUEIREDO, 2019); (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010).

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL – IFRS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) foi criado em 29 de dezembro de 2008, pela Lei nº11.892, junto com outros 37 IFs. O IFRS é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Assim como os outros Institutos Federais, pertence à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. (NUMEM/IFRS, 2022b).

O IFRS se estruturou a partir da união de três autarquias federais: o Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) de Bento Gonçalves, criada em 1959; a Escola Agrotécnica Federal de Sertão, criada em 1957; e a Escola Técnica Federal de Canoas, criada em 2007. Também foram incorporadas ao IFRS duas escolas técnicas vinculadas às universidades federais: a Escola Técnica Federal da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), criada em 1909, e o Colégio Técnico Industrial Prof. Mário Alquati, de Rio Grande, criado em 1964.

No decorrer do processo, foram federalizadas, entre os anos de 2009 e 2010, as unidades de ensino técnico nos municípios de Farroupilha, Feliz e Ibirubá. Os *campi* de Caxias do Sul, Erechim, Osório e Restinga (Porto Alegre) passaram a existir na segunda fase da expansão da Rede Federal, por volta do ano de 2010.

A terceira fase da expansão da Rede Federal adicionou ao IFRS mais alguns *campi*, a partir do ano de 2013, com o início do funcionamento do *Campus Alvorada*. Em 2014, o *Campus Veranópolis* iniciou o seu funcionamento. No ano de 2015, mais três *campi* iniciaram suas atividades: Rolante, Vacaria e Viamão. Atualmente, o IFRS conta com 17 *campi* em 16 diferentes cidades. (IFRS, 2021a).

As unidades do IFRS são: Campus Alvorada, Campus Bento Gonçalves, Campus Canoas, Campus Caxias do Sul, Campus Erechim, Campus Farroupilha, Campus Feliz, Campus Ibirubá, Campus Osório, Campus Porto Alegre, Campus Restinga (Porto Alegre), Campus Rio Grande, Campus Rolante, Campus Sertão, Campus Vacaria, Campus Veranópolis e Campus Viamão. A Reitoria está localizada no município de Bento Gonçalves. (IFRS, 2021a).

O IFRS oferta aproximadamente 60 diferentes cursos técnicos, nos 17 *campi*, nas modalidades concomitante, subsequente e integrado, gerando em torno de 90 ofertas. Oferta também cursos de graduação (bacharelado, licenciatura e tecnologia), pós-graduação (especialização e mestrado profissional) e também cursos de curta duração na Educação a Distância. No total, são aproximadamente 22.200 alunos e 217 opções de cursos. (IFRS, 2022). Tem aproximadamente 1.192 professores e 918 técnicos administrativos. (INTEGRA IFRS, 2022).

Figura 2: Estudantes do IFRS em atividades do Ensino Médio Integrado



Fonte: (COMUNICAÇÃO IFRS, 2022).

Além dos cursos regulares, o IFRS oferta cursos de curta duração a distância (EaD). São aproximadamente 150 cursos EaD gratuitos, com cargas horárias entre 20h e 90h, que podem ser feitos por qualquer interessado. No ano de 2021, os cursos EaD do IFRS ultrapassaram a marca de 2 milhões de estudantes. (IFRS, 2021b).

O IFRS está presente em diversas regiões do estado do Rio Grande do Sul, sendo, dessa maneira, uma instituição plural por excelência. (NUMEM/IFRS, 2022b).



Quer saber mais sobre o IFRS?

[CURSOS](#)

[PORTAL INTEGRA IFRS](#)

[CURSOS EAD IFRS](#)



Fonte: (IFRS, 2021a).

ENSINO MÉDIO INTEGRADO – EMI

As modalidades de oferta para os cursos técnicos são: Concomitante, Subsequente e Integrado.

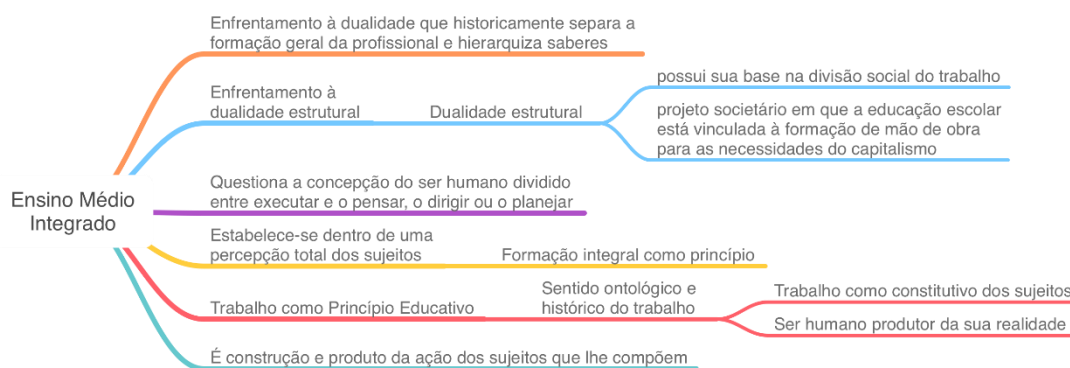
Concomitante é a modalidade em que o estudante cursa o Ensino Médio em uma escola e o Ensino Técnico em outra, em turno contrário. Subsequente é a modalidade em que o estudante que já concluiu o Ensino Médio opta por cursar o Ensino Técnico. Em ambas as modalidades, o certificado de conclusão é separado do Ensino Médio.

O Ensino Médio Integrado é uma das modalidades de oferta que os Institutos Federais dispõem para os cursos Técnicos. Nessa modalidade, o estudante cursa o Ensino Médio, ao mesmo tempo em que cursa o Ensino Técnico, tendo apenas um certificado de conclusão do curso.

O Ensino Médio Integrado não deve ser pensado e estruturado apenas como uma sobreposição de componentes curriculares da área geral e técnica. Para que o Ensino Médio Integrado se efetive em toda a sua potência, as áreas devem convergir e integrar-se para que os componentes curriculares tenham a articulação que a modalidade integrada estabelece.

A Figura 3 demonstra, esquematicamente, a concepção de Ensino Médio Integrado de acordo com os pressupostos alinhados à Política Institucional para os Cursos de Ensino Médio Integrado do IFRS.

Figura 3: Ensino Médio Integrado



Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

*O ensino médio integrado **carrega, nas expressões correlatas** ensino médio integrado à educação profissional e educação profissional integrada ao ensino médio, a ideia de uma educação que esteja além do simples objetivo propedêutico de preparar para o ensino superior, ou apenas preparar para cumprir exigências funcionais ao mercado de trabalho. A ideia básica subjacente à expressão tem o sentido de inteiro, de completude, de compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso, de tratar a educação como uma totalidade social, isto é, nas múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos.* (CIAVATTA; RAMOS, 2012, p. 307).



Quer saber mais sobre o Ensino Médio Integrado?

[A ESTRUTURAÇÃO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: RELATO DO IFRS - CAMPUS IBIRUBÁ](#)

[ENSINO MÉDIO INTEGRADO: LUTAS HISTÓRICAS E RESISTÊNCIAS EM TEMPOS DE REGRESSÃO](#)

[ENSINO MÉDIO INTEGRADO: SUBSUNÇÃO AOS INTERESSES DO CAPITAL OU TRAVESSIA PARA A FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL?](#)



Fonte: (PROFEPT IFRS, 2020); (RAMOS, 2017); (MOURA, 2013).

AVALIAÇÃO

A definição da palavra avaliação significa ato ou efeito de avaliar; valor determinado pelos avaliadores. Avaliar é determinar valia ou valor. Avaliação é uma palavra que compõe o nosso cotidiano, seja de maneira espontânea ou formal. “Medir propicia um dado, mas medir não é avaliar. Avaliar é pensar sobre o dado com vistas ao futuro”, implica um processo de reflexão e análise dos dados obtidos. (FREITAS et al., 2009, p. 48).

Frequentemente, estamos avaliando algo em termos de qualidade ou estamos sendo avaliados nesse mesmo sentido. No cotidiano, talvez nem percebamos tais movimentos, mas a avaliação da qual nos referimos aqui está ligada aos processos estruturados socialmente. Sempre que avaliamos, estamos pensando em termos de qualidade de algo.

A qualidade é um juízo valorativo que se constrói socialmente e, em consequência, implica escolha de um sistema valorativo em um determinado espaço social. (LEITE; TUTIKIAN; HOLZ, 2000, p. 24).

Os Institutos Federais, por terem cursos de nível técnico e superior, se encaixam tanto na educação básica quanto na educação superior, estando enquadrados na lei do SINAES. (BRASIL, 2004b). A avaliação da educação superior tem amplo campo de pesquisa no Brasil. Diversos autores se debruçam sobre essa temática. Dias Sobrinho (2003) aponta que a avaliação da educação superior ganhou força em todos os países, transbordando os limites educativos, situando-se nos planos mais amplos da economia e da política.

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Mesmo reconhecendo a incipiência de propostas de avaliação institucional no âmbito da educação básica, a experiência advinda desse campo de pesquisa no âmbito da educação superior pode ser um benefício. Não se trata de copiar o modelo, mas tomá-lo como um ponto de partida para a construção do processo de avaliação da educação básica. (SORDI; LÜDKE, 2009).

Pensar em avaliação institucional implica repensar o significado da participação dos diferentes atores na vida e no destino das escolas. Implica recuperar a dimensão coletiva do projeto pedagógico e, responsabilmente, refletir sobre suas potencialidades, vulnerabilidades e repercussões em nível de sala de aula, junto aos estudantes. (FREITAS et al., 2009, p. 35).

Avaliação institucional da escola é um processo que envolve todos os seus atores, com vistas a negociar patamares adequados de aprimoramento, a partir dos problemas concretos vivenciados por ela. Se a avaliação em larga escala é externa, avaliação institucional é interna à escola e sob seu controle, enquanto a avaliação da aprendizagem é assunto preferencialmente do professor em sala de aula. Embora o processo seja múltiplo e integrado, cada um tem seu protagonista principal. (FREITAS et al., 2009, p. 35).

A temática da avaliação da escola implica que se reflita sobre avaliação institucional, considerando a participação dos diferentes atores envolvidos na instituição escolar. Ela “carrega, em si, a potência de nos fazer lembrar o compromisso social com o projeto coletivo”. (FREITAS et al., 2009, p. 38).

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARTICIPATIVA

A Avaliação Institucional Participativa (AIP), diferente de outras formas de avaliação, não se constitui de um modelo pronto, ela é avaliação em processo. Nela pode-se visualizar um processo de avaliação em sua intencionalidade democrática. A avaliação participativa envolve colegiados e administrações institucionais, constituindo-se em uma espécie de currículo oculto para aprendizagem e produção de conhecimento social e político. (LEITE, 2005).

Os espaços participativos da escola precisam ser compreendidos para serem otimizados e cumprirem a sua função, quando nos encontros/reuniões promovem a decisão conjunta, por meio do diálogo e da escuta respeitosa. Nesse sentido, a AIP, enquanto ação intencional de melhoria da qualidade da escola, ganha potência em espaços reconhecidos/legitimados pelos sujeitos. (SORDI; BERTAGNA; SILVA, 2016, p. 183).

De acordo com Sordi, Bertagna e Silva (2016), a Avaliação Institucional Participativa pode se configurar como um forte instrumento para potencializar o movimento interno de discussão, reflexão e ação coletiva de participação. Caracteriza-se também pela construção e validação da qualidade social que produz, envolvendo todos os atores institucionais na autoavaliação, considerando as especificidades e necessidades de um determinado cenário.

Processos de AIP precisam ser capazes de promover/concorrer para que alterações nas relações da escola e no trabalho pedagógico sejam realizadas, produzidas de forma coletiva, participativa e democrática com vistas à efetivação de uma educação pública com qualidade social; tomando para si o compromisso e a implicação para superação dos limites da forma como a escola é instituída atualmente; atuando propositivamente; demandando dos órgãos públicos melhores condições objetivas para sua efetivação; lutando e disputando referenciais de qualidade social que ampliem a compreensão para além de indicadores e medidas produzidos em testes padronizados e reducionistas quanto à formação humana que se pretende alcançar; e

que, contrariamente à lógica neoliberal¹, “perca tempo” ensinando para além do que é exigido nos exames, e para que se “ganhe tempo” na formação humana de gerações capazes de se auto-organizar, autolegislar e exercitar sua cidadania na busca pela emancipação. (SORDI; BERTAGNA; SILVA, 2016, p. 189).

Na Avaliação Institucional Participativa, todos os envolvidos no processo avaliativo podem tomar decisões sobre ela, em decorrência do seu envolvimento na avaliação. As decisões são discutidas de forma democrática, e o grupo envolvido tem a palavra final, não um especialista, como ocorre em outras formas de avaliação, levando à transformação, tanto dos atores institucionais, como da própria instituição educativa.

Na AIP, os atores da participação colocam suas experiências e conhecimentos individuais no coletivo das decisões e na construção do conhecimento avaliativo sobre a instituição e sobre suas potencialidades e debilidades. A AIP não se distingue de outras práticas de avaliação democrática, de outras lutas políticas. Ela encarna na sua práxis, a ampliação e o aprofundamento das lutas democráticas pela democracia sem fim no espaço estrutural da instituição educacional. (LEITE, 2009).

¹ O neoliberalismo constitui-se como um projeto, dentro do sistema capitalista, que visa à redução do poder do Estado. A lógica neoliberal defende a ampliação e atuação do mercado na resolução dos problemas de toda ordem. Assim, por meio do discurso, o modelo neoliberal vai colocando, para a opinião pública, a ideia de que mudanças seriam necessárias para manter a economia estável. Esse discurso promove a redução do Estado de bem-estar social, reduzindo as instituições de proteção social sob controle do Estado e aumentando o poder dos grandes empresários que comandam o poder econômico. (SOUZA; ASSUNÇÃO, 2017).

AVALIAÇÃO EMANCIPATÓRIA

A Avaliação Emancipatória (AE), proposta por Saul (2000), se caracteriza por um paradigma que tem a sua construção inspirada em três vertentes teórico-metodológicas: a avaliação democrática; a crítica institucional e criação coletiva; e a pesquisa participante.

De modo semelhante à Pesquisa Institucional Participativa, proposta por Leite (2005), a Pesquisa Emancipatória, proposta por Saul (2000), se caracteriza por ser radicalmente contrária às práticas de avaliação e diagnósticos adotados por especialistas estranhos à organização, que não envolvem, efetivamente, os elementos de base no processo, ou seja, aqueles que, diariamente, estão envolvidos no ambiente educacional.

O produto final de um processo de crítica institucional e criação coletiva não é a elaboração de um relatório, embora, muitas vezes, este seja necessário e útil. O que se constitui de relevo fundamental nesse processo é a possibilidade de as pessoas envolvidas, tornando-se mais conscientizadas de suas possibilidades, de seus limites e de suas autênticas e desejadas finalidades, encontrarem soluções criadoras para os problemas identificados. (SAUL, 2000, p. 58–59).

Em resumo, é desejável que o grupo se organize e desenvolva um processo de autogestão de modo a assumir as propostas elaboradas para que sejam colocadas em prática.

Em síntese, o paradigma da avaliação emancipatória tem três principais momentos. A descrição da realidade, que destacará a caracterização do objeto a ser avaliado, no caso desta pesquisa, a Política Institucional para os Cursos de Ensino Médio Integrado do IFRS; a crítica da realidade que referirá os pontos críticos da Política, sob a ótica de diferentes atores institucionais envolvidos no processo de aplicação e utilização dos pontos abordados pelo texto da PIEMI-IFRS; e o momento da criação coletiva que se apresenta como uma síntese dos dois momentos anteriores, onde as propostas de avanços e melhorias são firmados, tendo por base a análise crítica da Política, numa perspectiva de avanço em relação às dificuldades e fortalezas constatadas.

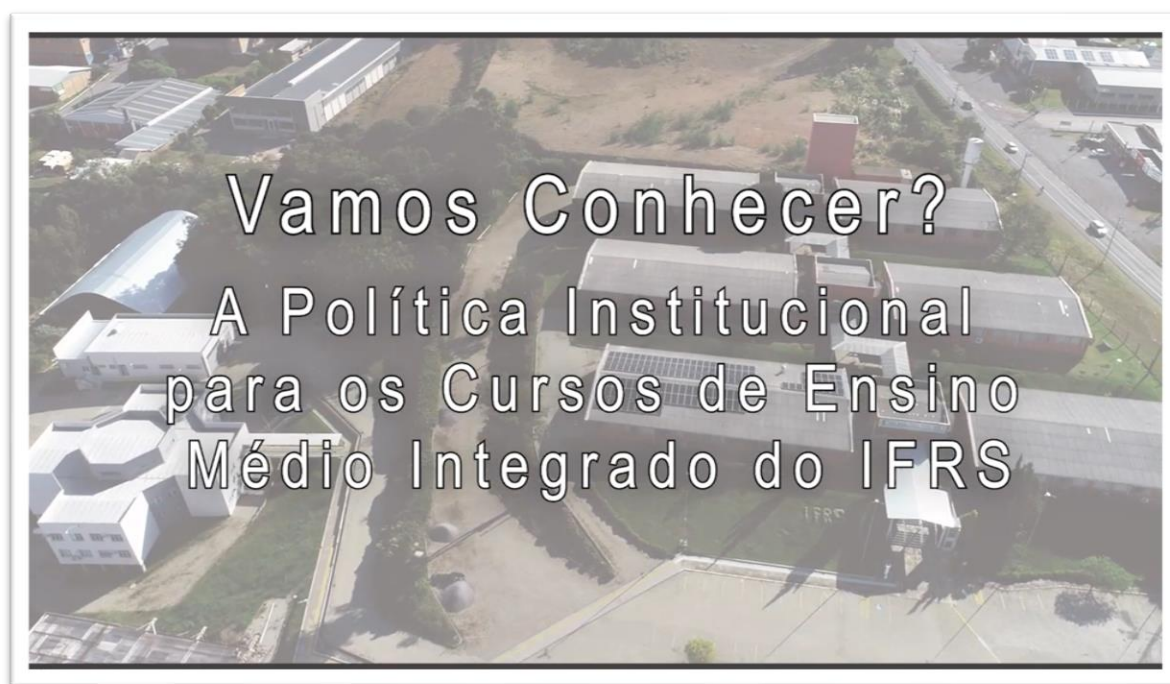
VAMOS CONHECER? A Política Institucional para os Cursos de Ensino Médio Integrado do IFRS

A pesquisa que originou esse Guia como produto educacional também produziu um Vídeo explicativo sobre o texto da Política Institucional para os Cursos de Ensino Médio Integrado do IFRS. O vídeo teve como proposta apresentar em um formato mais acessível o texto da PIEMI-IFRS.

Para o melhor entendimento da proposta de avaliação a seguir, é muito importante que o vídeo seja assistido pelos atores institucionais antes de iniciarem as discussões acerca da avaliação da política.

O vídeo está disponível no seguinte link: https://youtu.be/RP_v7cP4llg

Figura 4: Vamos Conhecer?



Fonte: Imagem do Vídeo Vamos Conhecer?

O INSTRUMENTO DE AUTOAVALIAÇÃO DO EMI-IFRS

De acordo com Silveira (2020), o instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado foi estruturado

"considerando dimensões como as previstas no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), porém levando-se em consideração os pressupostos teóricos que sustentam a proposta do Ensino Médio Integrado". (SILVEIRA, 2020, p. 13).

Dessa forma, foi dividido em duas dimensões: didático-pedagógica e infraestrutura. As dimensões definidas pelo SINAES foram utilizadas como referência, bem como as dimensões propostas pelo Programa de Autoavaliação Institucional do IFRS (PAIIFRS). O Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado

"abrange os critérios e referentes apresentados em questões definidas de forma a contemplar os três segmentos da comunidade acadêmica: docentes, TAEs² e estudantes". (SILVEIRA, 2020, p. 46).

Ao propor a aplicação dos instrumentos, pode-se avaliar se, de fato, o ensino médio integrado está sendo implementado, de acordo com a Política Institucional para os Cursos de EMI do IFRS, a partir da percepção dos três segmentos da comunidade acadêmica que participam da avaliação.

Visando auxiliar o desenvolvimento desse processo avaliativo, foi desenvolvido o Caderno de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado. (SILVEIRA; ESCOTT, 2020a). Esse caderno auxilia a estruturar e embasar a aplicação dos instrumentos de avaliação, de

² Técnicos Administrativos em Educação.

forma a tornar o processo replicável nos demais *campi* do IFRS, podendo também ser adaptado para outros Institutos Federais.

Em sua estrutura, traz a contextualização do estudo a partir das bases teóricas da Educação Profissional e Tecnológica, tendo como foco a Avaliação Institucional e os pressupostos teóricos que a embasam. O Caderno propõe que o processo de discussão dos resultados seja realizado de forma participativa. Sendo realizado da seguinte forma:

De posse do relatório organizado e disponibilizado pela CPA à gestão do curso, a coordenação, o colegiado e a equipe pedagógica podem analisar os dados, comparando os resultados da aplicação do instrumento de docentes, discentes e TAEs, de forma a evidenciar as aproximações e afastamentos da autoavaliação.

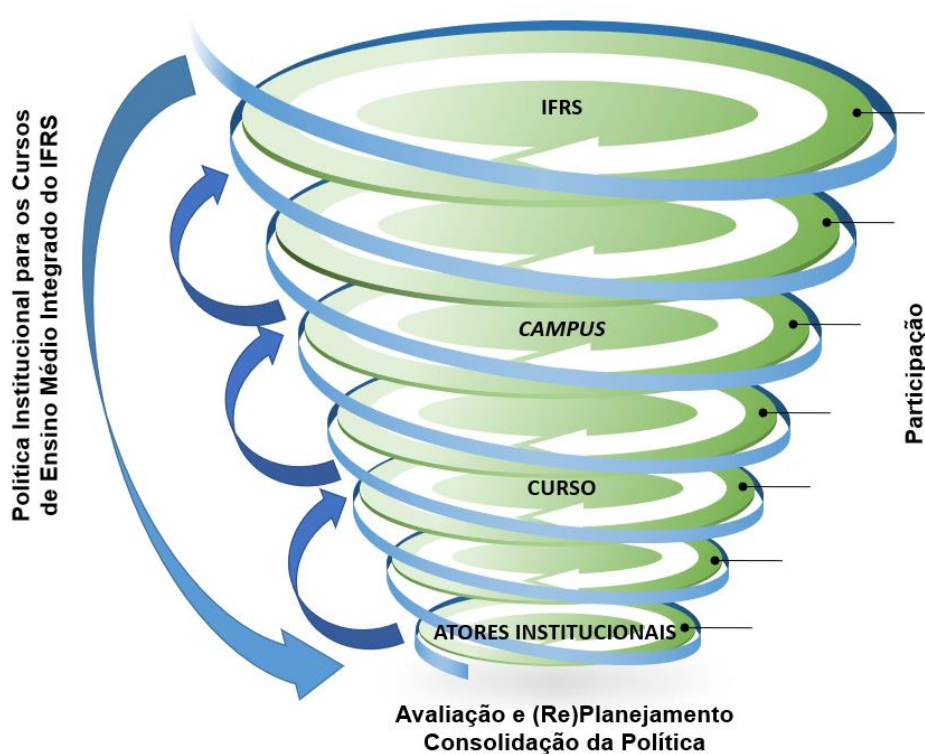
A partir da análise comparativa sistematizada, os segmentos podem ser convidados a discutir o comparativo e elencar ações de superação em relação às dimensões e critérios avaliados. (SILVEIRA; ESCOTT, 2020a, p. 31–32).

Em conjunto, o Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado e o Caderno de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado compõem uma proposta de autoavaliação. (SILVEIRA; ESCOTT, 2020b, 2020a). Essa proposta foi construída de forma a ser uma possibilidade de avaliar os cursos de Ensino Médio Integrado a partir do olhar dos atores institucionais que desenvolvem e vivenciam o trabalho no *campus*, com vistas a sua consolidação. (SILVEIRA; ESCOTT, 2020a).

PROPOSTA DE AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA DA POLÍTICA INSTITUCIONAL PARA OS CURSOS DE ENSINO MÉDIO INTEGRADO

A Avaliação Institucional Participativa e Emancipatória (AIPE) da Política Institucional para os Cursos de Ensino Médio Integrado do IFRS está pautada na proposta de Saul (2000) e considerará as relações entre parte e todo, em um movimento dialético, no âmbito dos cursos do EMI, dos *campi* e do IFRS, considerando o compromisso radical com a participação e reflexão crítica dos atores institucionais envolvidos, conforme expressa a Figura 5:

Figura 5: Avaliação Institucional Participativa da PIEMI-IFRS



Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Conforme demonstra a Figura 5, as discussões devem ocorrer em escala espiral, iniciando pelo curso de EMI, ampliando as discussões no conjunto dos cursos de EMI do *campus* e avançando para a ampliação das discussões do todo institucional. Importante destacar que, a cada nível ou escala de discussão, deverão ser produzidos documentos de forma a sistematizar as discussões e resultados, com vistas a contribuir com a definição de planejamento de ações e mesmo, se for o caso, de (re)adequações na Política. A proposta é que a cada nível de discussão, seja utilizado o mesmo roteiro de forma a produzir uma relação textual entre as partes e o todo. Dessa forma, sugere-se a dinâmica apresentada no Quadro 1:

Quadro 1: Proposta de Avaliação Participativa e Emancipatória da PIEMI-IFRS

| AVALIAÇÃO EMANCIPATÓRIA (SAUL, 2000) | | PROPOSTA DE AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA E EMANCIPATÓRIA DA PIEMI-IFRS | | |
|--------------------------------------|--|---|---|-------------------------|
| Descrição da realidade | Verbalização e problematização de uma dada realidade Questões de ordem prática que precisam ser resolvidas Insatisfação difusa que com a discussão vai tomando forma | Apropriação/Conhecimento da Política | <ul style="list-style-type: none"> - Aprofundamento, discussão e reflexão coletiva (docentes, técnicos administrativos e estudantes) sobre a Política Institucional para os Cursos de Ensino Médio Integrado do IFRS, orientados pelos descritores que sustentam a referida PIEMI-IFRS, com o apoio do Produto educacional em formato de Vídeo Vamos Avaliar?³ - Discussão dos resultados da aplicação do Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado (SILVEIRA; ESCOTT, 2020b) - Debate sobre as aproximações, distanciamentos, dificuldades e avanços identificados na oferta do EMI, conforme roteiro proposto no Quadro 2. | Primeiro Momento |
| Crítica da Realidade | Recoo crítico do grupo Crítica da própria ação Explicita as contradições existentes no momento anterior Busca alternativas e acordos para posterior aplicação prática | Compartilhamento das Dificuldades e Possibilidades | <ul style="list-style-type: none"> - Sistematização das aproximações, distanciamentos, das dificuldades, dos avanços identificados na oferta do EMI, conforme discussões realizadas no 1º Momento. - Delineamento de alterações de percurso necessárias para a solução dos problemas identificados tendo por base os resultados da autoavaliação institucional coletiva para o EMI e o roteiro para AIPE (Quadro 2). | Segundo Momento |

³ O produto educacional em formato de vídeo pode ser utilizado em outros momentos de formação à critério dos *campi*.

| AVALIAÇÃO EMANCIPATÓRIA (SAUL, 2000) | | PROPOSTA DE AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA E EMANCIPATÓRIA DA PIEMI-IFRS | | |
|--------------------------------------|---|---|--|------------------|
| Criação Coletiva | <p>Delineamento de alterações necessárias no curso da ação</p> <p>Repensa o estilo de ação, enfatizando uma proposta coletiva</p> <p>Busca encontrar soluções criativas para os problemas identificados nas etapas anteriores</p> | Proposições para aplicação prática | <ul style="list-style-type: none"> - Construção coletiva de um plano de ação com a formalização dos aspectos e ações necessárias para a consolidação do EMI, orientado pelo delineamento de alterações de percurso necessárias para a solução dos problemas identificados, conforme realizado no 2º Momento. - Compromisso coletivo (gestão, docentes, técnicos administrativos e estudantes) para o fortalecimento da oferta dos cursos de EMI. | Terceiro Momento |

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Segundo Momento da proposta de AIPE da Política do EMI

No Quadro 2, a seguir, apresentamos, como sugestão, um roteiro para nortear as discussões para a Avaliação Participativa e Emancipatória da PIEMI. Tais questões enfocam os conceitos centrais da Política Institucional para os Cursos de Ensino Médio Integrado do IFRS.

Quadro 2: Roteiro de Avaliação Participativa e Emancipatória da PIEMI-IFRS

| ROTEIRO DE AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA E EMANCIPATÓRIA DA PIEMI-IFRS | | |
|--|---|--|
| PROPOSTA DOS INSTITUTOS FEDERAIS | | |
| POLÍTICA INSTITUCIONAL PARA OS CURSOS DE EMI DO IFRS | | |
| Descritores | Conceitos EMI | Questões Norteadoras ⁴ |
| Formação Humana Integral | <ul style="list-style-type: none"> - Trabalho como princípio educativo - Pesquisa como princípio pedagógico - Relação indissociável entre Ciência – Cultura – Tecnologia – Trabalho - Relação teoria e prática - Formação integral - Projeto integrador | <ul style="list-style-type: none"> - O Trabalho como princípio educativo está sendo vivenciado no âmbito do curso, com vistas a transformar a realidade social pela ação humana sistematizada e consciente? Quais são as práticas que o evidenciam? - Como é feita a inserção da pesquisa como princípio pedagógico nas atividades? - Em quais momentos/atividades é possível perceber a relação indissociável entre Ciência – Cultura – Tecnologia – Trabalho na prática dos cursos de EMI? - Como está sendo trabalhada a relação teoria prática nas atividades pedagógicas do curso de EMI? - Quais são estratégias que o curso utiliza para garantir a formação integral dos estudantes, tendo em vista o desenvolvimento da dimensão técnica e também cidadã? - De que forma a participação nos projetos integradores tem contribuído para a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e demais atividades do curso? |
| Docência | <ul style="list-style-type: none"> - Interdisciplinaridade - Indissociabilidade entre Ensino – Pesquisa – Extensão - Planejamento e prática coletiva | <ul style="list-style-type: none"> - A interdisciplinaridade está prevista na composição das ementas dos componentes curriculares e vem permitindo ampliar a formação para a vida em sociedade e para o mundo do trabalho? - Quais estratégias pedagógicas são utilizadas para a garantia da indissociabilidade entre Ensino – Pesquisa – Extensão? |

⁴ Adaptado de Silveira e Escott, (2020b).

| | | |
|---|--|---|
| | | - Quais estratégias são utilizadas para que os momentos de planejamento e prática coletiva dos docentes dos cursos de EMI sejam efetivos e periódicos? |
| Planejamento e Avaliação Participativa | <ul style="list-style-type: none"> - Participação de docentes, estudantes e técnicos administrativos - Redefinição coletiva da prática pedagógica - Redefinição coletiva do PPC - Avaliação do ensino e da aprendizagem como prática integradora | <ul style="list-style-type: none"> - Quais as formas que o curso tem de possibilitar a participação de docentes, estudantes e técnicos administrativos nos momentos de planejamento e avaliação participativa dos cursos de EMI? - De que forma são garantidos os espaços de planejamento e diálogo para a redefinição coletiva da prática pedagógica nos cursos de EMI ofertados pelo curso? - Quais são as estratégias utilizadas para a redefinição coletiva do PPC do curso de EMI? - Quais estratégias são utilizadas para a efetivação da avaliação do ensino e da aprendizagem como prática integradora? |

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Acredita-se que a AIPE “recupera a visão de totalidade do projeto educativo da escola e ensina o coletivo a pensar-se nesta escala”. (BERTAGNA et al., 2020, p. 84). O que se pretende com esta proposta de AIPE da Política para os Cursos do EMI do IFRS é contribuir para que os atores institucionais, a partir de uma participação crítica e formativa no processo avaliativo, construam coletivamente os caminhos e ações fortemente comprometidos com a Formação Humana Integral, contribuindo para a consolidação do IFRS como instituição de EPT socialmente referenciada e de emancipação humana.



Quer saber mais sobre a Avaliação Participativa e Emancipatória da PIEMI-IFRS?

[POLÍTICA INSTITUCIONAL PARA OS CURSOS DE ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO IFRS: UMA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA E EMANCIPATÓRIA](#)



Fonte: (KELLER, 2022)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Guia teve como objetivo propor e apoiar o processo de Avaliação Institucional Participativa e Emancipatória da Política Institucional para os Cursos de Ensino Médio Integrado do IFRS.

O seu conteúdo deve ser utilizado em conjunto com o Vídeo intitulado “Vamos Conhecer? A Política Institucional para os Cursos de Ensino Médio Integrado do IFRS”, que compõe a pesquisa Política Institucional para os Cursos de Ensino Médio Integrado do IFRS: uma proposta de Avaliação Participativa.

A proposta deste Guia foi a de subsidiar os *campi* do IFRS para o fortalecimento da oferta de cursos de Ensino Médio Integrado, tendo a Política Institucional para os Cursos de Ensino Médio Integrado do IFRS como o caminho.

Não se propõe a ser um fim em si mesmo, mas sim a fomentar a discussão e o debate no entorno dessa modalidade de oferta que dialoga com os princípios fundamentais da Educação Profissional e Tecnológica alinhados com a Formação Humana Integral, visando um movimento contra-hegemônico que luta contra a precarização da educação brasileira.

REFERÊNCIAS

BERTAGNA, Regiane Helena; SORDI, Mara Regina Lemes De; ALMEIDA, Luana Costa; LARA, Rosângela de Souza Bittencourt. Avaliação da qualidade social da escola pública: delineamentos de uma proposta referenciada na formação humana. **Políticas Educativas**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 63–86, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Poled/article/view/107364/58282>.

BRASIL. Decreto Nº 5.224, de 1º de outubro de 2004. Brasil, 2004a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5224.htm. Acesso em: 29 mar. 2020.

BRASIL. **Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 28 maio. 2020b.

BRASIL. Decreto Nº 6.095, de 24 de abril de 2007. Brasil, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm. Acesso em: 29 mar. 2020.

BRASIL. Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Brasil, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 24 out. 2019.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise Nogueira. Ensino Médio Integrado. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: EPSJV, 2012. p. 307–315.

COMUNICAÇÃO IFRS. Instituto Federal do Rio Grande do Sul - IFRS. 2022. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/>. Acesso em: 15 jul. 2022.

COSTA, Maria Adélia Da. **Políticas de Formação Docente para a Educação Profissional: Realidade ou Utopia?** Curitiba: Appris, 2016. 287 p. Livro que comprei da Estante virtual, ver a página da citação.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação: Políticas Educacionais e Reformas da Educação Superior**. São Paulo: Cortez, 2003. 198 p.

FIGUEIREDO, Amilton de Moura. **INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA: Contexto de influência, produção do texto e tensões, na construção da política pública, relativa ao processo de criação dos Institutos Federais**. 2019. 218 f. Tese (Doutorado em Educação) - Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019. Disponível em:

[http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/9031/Amilton de Moura Figueiredo_.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/9031/Amilton%20de%20Moura%20Figueiredo_.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 29 mar. 2020.

FREITAS, Luiz Carlos De; SORDI, Mara Regina Lemes De; MALAVASI, Maria Marcia Sigrist; FREITAS, Helena Costa Lopes De. **Avaliação Educacional: Caminhando pela Contramão**. 2. ed., Petrópolis: Vozes, 2009. 87 p.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho**. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004. 340 p.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise Nogueira. **Ensino médio integrado: Concepções e contradições**. 2. ed., São Paulo: Cortez, 2010. 173 p.

IFRS. **Sobre o IFRS**. 2021a. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/institucional/sobre/>. Acesso em: 1 maio. 2022.

IFRS. **IFRS ultrapassa 2 milhões de estudantes em cursos de extensão EaD - Instituto Federal do Rio Grande do Sul**. 2021b. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/ifrs-ultrapassa-2-milhoes-de-estudantes-em-cursos-de-extensao-ead/>. Acesso em: 8 jul. 2022.

IFRS. **Cursos**. 2022. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/cursos/>. Acesso em: 8 jul. 2022.

Integra IFRS. 2022. Disponível em: <https://integra.ifrs.edu.br/>. Acesso em: 8 jul. 2022.

LEITE, Denise. et al. **Avaliação Participativa e Qualidade: Os atores locais em foco**. Porto Alegre: Sulina, 2009. 224 p. ISBN: 978-85-205-0550-2.

LEITE, Denise. **Reformas Universitárias: Avaliação Institucional Participativa**. Petrópolis: Vozes, 2005.

LEITE, Denise; TUTIKIAN, Jane; HOLZ, Norberto. **Avaliação e Compromisso: Construção e prática da avaliação institucional em uma universidade pública**. Porto Alegre: UFRGS, 2000. 237 p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Um novo modelo de educação profissional e tecnológica - Concepção e diretrizes**. Brasília: SETEC/MEC, 2010. 43 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Expansão da Rede Federal**. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco-es/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 7 jul. 2022.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio e educação profissional: dualidade histórica e possibilidades de integração. In: MOLL, Jaqueline (org.). **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: Desafios, Tensões e Possibilidades**. Porto Alegre: Artmed,

2010. p. 58–79.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio integrado: Subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? **Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 39, n. 3, p. 705–720, 2013. ISSN: 15179702. DOI: 10.1590/S1517_97022013000300010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n3/10.pdf>.

NUMEM/IFRS. **A Educação Profissional e Tecnológica**. 2022a. Disponível em: <https://memoria.ifrs.edu.br/historia-do-ifrs/a-educacao-profissional-e-tecnologica/>. Acesso em: 7 jul. 2022.

NUMEM/IFRS. **O IFRS**. 2022b. Disponível em: <https://memoria.ifrs.edu.br/historia-do-ifrs/o-ifrs/>. Acesso em: 8 jul. 2022.

PACHECO, Eliezer. **Fundamentos político-pedagógicos dos institutos federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora**. Natal: IFRN, 2015. 67 p. ISBN: 9788583331469. Disponível em: [https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1018/Fundamentos Político-Pedagógicos dos Institutos Federais - Ebook.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1018/Fundamentos%20Pol%C3%ADtico-Pedag%C3%B3gicos%20dos%20Institutos%20Federais%20-%20Ebook.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 31 out. 2019.

PROFEPT IFRS. **A Estruturação do Ensino Médio Integrado: Relato do IFRS - Campus Ibirubá**. Webconferência Online 2020. Disponível em: <https://youtu.be/8NAVU6dExMI>. Acesso em: 25 jul. 2020.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e Política da Educação Profissional**. 1. ed., Curitiba: IFPR, 2014. 121 p. Disponível em: [https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/História-e-política-da-educação-profissional.pdf](https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%C3%B3ria-e-pol%C3%ADtica-da-educac%C3%A3o-profissional.pdf).

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino Médio Integrado: Lutas Históricas e Resistências em Tempos de Regressão. In: ARAÚJO, Adilson Cesar; SILVA, Cláudio Nei nascimento Da (org.). **Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios**. Brasília: IFB, 2017. p. 20–43. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/images/livro_completo_ensino_medio_integrado_-_13_10_2017.pdf.

SAUL, Ana Maria. **Avaliação emancipatória: Desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo**. 5. ed., São Paulo: Cortez, 2000. 151 p. ISBN: 85-249-0121-7.

SCHIEDECK, Silvia. **A origem de uma nova institucionalidade em EPT: narrativas e memórias sobre os Institutos Federais**. Brasil IFRS, 2019. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/433129>.

SETEC/MEC. **Linha do Tempo - Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. 2009. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/linha.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2022.

SILVEIRA, Lisiane Bender Da. **Avaliação Institucional dos Cursos de Ensino Médio Integrado: Um olhar a partir do Instrumento de Autoavaliação**. 2020. 229 f. Instituto Federal do Rio Grande do Sul - Campus Porto Alegre, [S. l.], 2020. ISBN: 9789896540821. Disponível em: <https://repositorio.ifrs.edu.br/handle/123456789/226>.

SILVEIRA, Lisiane Bender Da; ESCOTT, Clarice Monteiro. **Caderno de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado**. Porto Alegre: PROFEPT-IFRS, 2020 a. 70 p. ISBN: 9786559500079. Disponível em: <https://dspace.ifrs.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/427/123456789427.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

SILVEIRA, Lisiane Bender Da; ESCOTT, Clarice Monteiro. **Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado**. Porto Alegre: PROFEPT-IFRS, 2020 b. 12 p. ISBN: 9786559500048. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/585543/2/Instrumento_autoavaliação_EMI.pdf.

SORDI, Mara Regina Lemes De; BERTAGNA, Regiane Helena; SILVA, Margarida Montejano Da. A avaliação institucional participativa e os espaços políticos de participação construídos, reinventados, conquistados na escola. **Cadernos CEDES**, [S. l.], v. 36, n. 99, p. 175–192, 2016. ISSN: 01013262. DOI: 10.1590/CC0101-32622016160503.

SORDI, Mara Regina Lemes De; LÜDKE, Menga. Avaliação institucional participativa em escolas de ensino fundamental: o fortalecimento dos atores locais. *In*: LEITE, Denise (org.). **Avaliação participativa e qualidade: Os atores locais em foco**. Porto Alegre: IPA, 2009. p. 155–172.

SOUZA, Andréia Paulo De; ASSUNÇÃO, Fernanda Lopes De. O Neoliberalismo na Educação. **Revista Contemporânea**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 51–61, 2017. Disponível em: <http://www.ojs.toledo.br/index.php/contemporanea/article/view/2462/242>.